

**BBCE BALCÃO BRASILEIRO DE  
COMERCIALIZAÇÃO DE  
ENERGIA S.A.**

**Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>5</b>
<b>Balço patrimonial</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações de resultado abrangente</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações de fluxo de caixa</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>

## **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Em meio as perspectivas futuras de crescimento, o mercado livre encontrou em 2023 um ano desafiador. Os elevados níveis de chuva levaram o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) ao piso e reduziram a volatilidade dos contratos de curto e médio prazos. Com menos volatilidade e preços mais baixos, o mercado se mostrou resiliente e consolidou tendências, como a de alongamento de prazos e de ampliação da negociação de fontes incentivadas.

Esse movimento alterou o perfil das operações cursadas na BBCE, ocasionando aumento significativo da busca por contratos superiores a um ano, período para o qual foi identificada maior volatilidade. Outubro, entretanto, com a saída do PLD do piso, observamos a retomada da volatilidade, com recorde mensal histórico de 35.367 GWh, alta de 39,5% em relação a setembro e 26,1% em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Como resultado, o volume total transacionado na plataforma EHUB em 2023 foi de, aproximadamente, 331 mil GWh, elevação de 23,42% em relação a 2022. Esse montante foi concentrado em menos operações que tinham maior tíquete médio energético e menor valor financeiro. O valor financeiro acumulado foi de R\$ 29 bilhões (-13%), divididos em 23.748 contratos (-50%).

Vale destacar que provemos um leque amplo de ativos de energia desde a constituição da BBCE, pois acreditamos que devemos oferecer flexibilidade para as mais diversas necessidades de negócios, característica crucial para os movimentos de 2023. Nesse sentido, a BBCE é um grande local de oportunidades, um ponto de encontro para o mercado realizar negócios, uma vez que a liquidez está aqui.

Outro grande destaque de 2023 foi nossa gestão financeira cautelosa para suportar o mercado e ampliar portfólio com menor uso de caixa. Em ano desafiador, conseguimos realizar relevantes lançamentos. Para contribuir ainda mais às negociações de nossos clientes, a BBCE Boleta Eletrônica ganhou uma série de novas funcionalidades, incluindo

novos campos da BBCE Boleta Eletrônica Detalhada e o lançamento da BBCE Boleta Externa, que trouxe um novo ambiente para formalização de negócios fechados com contrapartes que não estão no EHUB.

Adicionalmente, tivemos mais três novidades em nosso portfólio. O EHUB Mobile passou a possibilitar a negociação em tela em qualquer lugar e lançamos o BBCE Connect, tecnologia que integra ferramentas de negociação, dados e gestão de riscos em seis módulos de APIs. Por fim, chegou ao mercado a BBCE Oferta Iceberg, que possibilita o lançamento de ordens de compra e venda que serão quebradas em diferentes lotes, o que protege a estratégia das operações e permite negociar grandes volumes com menor impacto de preços.

Chegamos a 2024 com um olhar otimista e portfolio ampliado, bem como projetos em andamento. E queremos continuar evoluindo junto com nossos acionistas, clientes, parceiros e a sociedade, em um mercado cada vez mais líquido, seguro, digital e conectado.

Com objetivo de pavimentar o futuro, seguimos comprometidos em potencializar o crescimento do mercado livre de energia no Brasil, contribuindo para que nossos clientes realizem mais negócios, com eficiência e solidez operacional. Nossos esforços seguem firmes na capacitação da nossa estrutura tecnológica, da solidez operacional e na ampliação da oferta de produtos e serviços que pavimentem o futuro e o crescimento do mercado, com uma BBCE direcionada à missão de ser parceira dos clientes e ser fonte de liquidez, segurança e transparência.

Conforme previsto em estatuto, anualmente será distribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% dos lucros líquidos apurados pela Companhia. Considerando o momento de manutenção dos esforços financeiros em direção a implementação do planejamento estratégico e em decorrência do resultado de 2023 da companhia, não haverá distribuição de lucros.

Ricardo Lisboa

Presidente do Conselho de Administração da BBCE



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da  
BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.**

*São Paulo - SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento da receita com prestação de serviço

Veja as Notas 6g e 19 das demonstrações financeiras

### Principal assunto de auditoria

A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 20.012 mil de receita operacional líquida com prestação de serviços da Plataforma Balcão e Plataforma Derivativos.

A receita operacional líquida da Companhia é composta por taxas e emolumentos decorrentes da formalização de contratos padrões de compra e venda de energia elétrica na Plataforma de Balcão e Plataforma Derivativos, cujos os valores variam em função do volume de energia elétrica transacionada entre os respectivos participantes do mercado de balcão de energia elétrica e são reconhecidas quando a formalização dos contratos padrões de compra e venda de energia elétrica é efetivada dentro das plataformas da Companhia.

O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.

Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia elétrica fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Realização de testes matemáticos, com base em amostragem, da receita decorrente da formalização de contratos padrões de compra e venda de energia elétrica na Plataforma de Balcão e Plataforma de Derivativos da Companhia;
- Inspeção, com base em amostragem, dos contratos padrões de compra e venda de energia elétrica efetivados na plataforma de Balcão e Plataforma de Derivativos, das notas fiscais e das respectivas liquidações financeiras das receitas registradas, gerados com os participantes do mercado de balcão de energia elétrica, para avaliação se a receita foi reconhecida no momento da transferência do controle da energia elétrica fornecida;
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis o saldo registrado como receita operacional líquida com prestação de serviços da Plataforma Balcão e Plataforma Derivativos, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

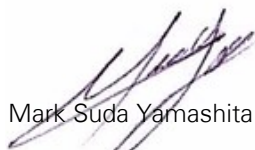
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Mark Suda Yamashita

Contador CRC SP-271754/O-9



# BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.717	25.762	Fornecedores	13	977	1.299
Contas a receber	8	2.075	1.217	Obrigações sociais e trabalhistas	14	4.625	7.197
Contas a receber de partes relacionadas	8 e 24	461	444	Passivo Fiscal Corrente	15	351	294
Ativo Fiscal Corrente	9	5.645	1.999	Arrendamento	-	130	124
Direito de uso	-	128	118	Provisão de plano de incentivo	17	-	406
Despesas Antecipadas	-	269	194	Outras contas a pagar	13	300	701
Outras contas a receber		118	2			<b>6.383</b>	<b>10.021</b>
		<b>26.413</b>	<b>29.736</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Provisão para contingências	16	-	606
Ativo Fiscal Diferido	10 e 23	10.426	6.466	Provisão de plano de incentivo	17	101	598
						<b>101</b>	<b>1.204</b>
Imobilizado	11	252	342	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	12	28.009	36.742	Capital social	18	72.372	64.466
		<b>38.687</b>	<b>43.550</b>	Resultado Acumulado		(13.756)	(2.405)
						<b>58.616</b>	<b>62.061</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>65.100</b>	<b>73.286</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>65.100</b>	<b>73.286</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	19	20.012	20.036
Custo dos serviços prestados	20	(14.081)	(6.603)
<b>Resultado bruto</b>		<b>5.931</b>	<b>13.433</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	21	(24.293)	(29.402)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido antes do resultado financeiro</b>		<b>(18.362)</b>	<b>(15.969)</b>
Receitas Financeiras	22	3.147	2.387
Despesas financeiras	22	(95)	(209)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>3.052</b>	<b>2.178</b>
<b>Prejuízo líquido antes dos impostos</b>		<b>(15.310)</b>	<b>(13.792)</b>
Imposto de renda e contribuição diferido	23	3.959	5.715
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(11.351)</b>	<b>(8.076)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	(11.351)	(8.076)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	(11.351)	(8.076)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros			Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva especiais de lucros	Resultado do Exercício	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	48.639	-	526	5.145	-	54.310
Ações integralizadas	28.268					28.268
Ações a integralizar		(12.441)				(12.441)
Prejuízo líquido do exercício					(8.076)	(8.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	76.907	(12.441)	526	5.145	(8.076)	62.061
Ações integralizadas		7.906		-		7.906
Prejuízo líquido do exercício			-		(11.351)	(11.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	76.907	(4.535)	526	5.145	(19.427)	58.616

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BBCE - BALCÃO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
Prejuízo líquido do exercício	(11.351)	(8.076)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	8.266	204
Redução ao valor recuperável de ativos ( <i>Impairment</i> )	2.221	5.086
Direito de uso	(10)	(17)
Demandas judiciais	(606)	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(35)
Valor residual do imobilizado baixado	-	3.450
Plano de incentivo	(904)	(760)
IR Diferido	(3.960)	(5.714)
Outros	-	70
<b>(Aumento)/diminuição dos ativos:</b>		
Contas a receber	(867)	(709)
Contas a receber - partes relacionadas	(17)	-
Impostos a recuperar	(3.646)	867
Despesas antecipadas	(75)	83
Outras contas a receber	(116)	1
<b>Aumento/(diminuição) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(322)	(845)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.572)	5.174
Obrigações tributárias a recolher	57	(106)
Arrendamento	6	14
Outras contas a pagar	(401)	(340)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(14.287)</b>	<b>(1.653)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(27)	(83)
Aquisições de ativo intangível	(1.637)	(14.294)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.664)</b>	<b>(14.377)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital	7.906	15.827
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>7.906</b>	<b>15.827</b>
<b>Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.045)</b>	<b>(203)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.762	25.965
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.717	25.762
<b>Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.045)</b>	<b>(203)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto Operacional**

A BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Av. São Gabriel, nº 477, 2º Andar, Jardim Paulista – São Paulo, tem como objetivo a execução das atividades de desenvolvimento, a administração, a disponibilização, a exploração e manutenção de sistema eletrônico ou ambiente para a prestação de serviços aos seus clientes de formalização de contratos de compra e venda de energia elétrica por meio da rede mundial de computadores; a administração de bens e negócios próprios.

A Companhia é administradora de balcão autorizada operar pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a primeira oferecer registro e negociação de derivativos de balcão de energia. A BBCE nasceu do mercado para o mercado para ser fonte de liquidez e eficiência para s negócios com energia. A empresa visa conectar e criar soluções que contribuam para a transparência, liquidez e segurança do mercado.

### **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A administração da Companhia declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes utilizadas pela gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 15 de fevereiro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram apresentados em milhares de reais.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Receita sobre serviços** – a receita é reconhecida pelo valor justo da compensação recebida ou a receber, reduzida por impostos sobre receitas, abatimentos e outras provisões similares;
- **Direito de uso** – a política contábil que baseia o registro e reconhecimento do contrato de arrendamento é baseado no CPC 06 que reconhece mensalmente a amortização do direito de uso. O passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos, a uma taxa de desconto “implícita” no cálculo do valor à pagar.

### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** – estimadas de acordo com o histórico do cliente, tempo em que o saldo está em aberto além da situação econômica dele. A Companhia efetua a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre títulos vencidos acima de 180 dias;
- **Nota explicativa 11** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa 16** - reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

#### **(i) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. A conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** - transações com pagamento baseado no valor de ações de emissão da Companhia;

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado. O custo histórico é uma das bases de mensuração de onde os ativos são contabilizados pelo valor pago com caixa ou seus equivalentes, garantido uma mensuração próxima a realidade do real valor recuperável do ativo.

No caso dos passivos, estes são contabilizados pelos valores de caixa e seus equivalentes a serem pagos ou pelo justo valor de outra retribuição a ser entregue para liquidar a obrigação. A Companhia também segue as premissas de atualização de valor justo para seus instrumentos financeiros, sejam eles direitos ou deveres, sempre mensurados pelo valor atualizado de acordo com resultados ou informações abrangentes.

## **6 Descrição das políticas contábeis materiais**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para demandas judiciais (provisão para contingências), perdas esperadas associadas ao risco de crédito, seleção de vidas úteis para ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.



**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixas, estão inclusas as contas correntes em bancos com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**b) Ativos e passivos financeiros**

Valor justo de instrumentos financeiros: Base de mensuração, os instrumentos financeiros são registrados por seu custo histórico e atualizados de acordo com a avaliação da administração por meio de atualização dos valores monetários ou pelas condições para liquidação dos valores, sendo refletidos no resultado financeiro.

**c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

São estimadas de acordo com o histórico do cliente, tempo em que o saldo está em aberto além das informações complementares como situação econômica do cliente.

As perdas são reconhecidas no ativo momento inicial do seu financeiro e posteriormente são avaliadas subsequentemente e são considerados os seguintes pontos: (i) que a contraparte deixe de pagar suas obrigações; (ii) é avaliado a quantidade de exposição ao risco. A Companhia tem como política efetuar a provisão para perda sobre títulos vencidos acima de 180 dias.

**d) Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto se reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Computadores e Periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e) Intangível**

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem principalmente softwares abrangentes e setoriais com aplicação direta operacional e gastos com desenvolvimento das plataformas

**Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização.

Os custos diretos para o desenvolvimento de softwares incluem os custos dos empregados da equipe de desenvolvimento e parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**f) Provisões para passivos contingentes**

As provisões de contingências seguem as premissas adotadas no CPC 25 de acordo com a probabilidade das obrigações (prováveis, possíveis e remotas), bem como a atualização dos valores considerados como devidos, a fim de retratar fidedignamente o saldo da obrigação da Companhia.

**g) Receita de contrato com cliente**

A receita compreende ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber referente prestação de serviços de operação de intermediação e agenciamento no balcão de energia desenvolvido e administrado pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tenham sido atendidos, conforme descrição a seguir:

**(i) Taxas e Emolumentos:** cobrados de acordo com o volume de energia elétrica transacionada na plataforma da Companhia, gerando emolumentos originados de produtos de balcão e derivativos.

Em decorrência do CPC 47, a Companhia segue a premissa do reconhecimento de receita no momento da transferência do controle, ou seja, quando o cliente formaliza o contrato de compra e venda de energia elétrica por meio das plataformas da Companhia.

O preço base a que são realizadas as operações pelo cliente depende da demanda/oferta transacionada na plataforma ou dos preços de negócios fechados fora da plataforma e a Companhia possui uma tabela de cobrança de acordo com o total transacionado. Então, com o contrato formalizado, a receita é gerada e liquidada no prazo médio de 10 dias.

**h) Pagamento baseado em ações**

**(iii) Incentivo de longo prazo (ILP) a executivos**

A Companhia possui “Plano de *Phantom Share*”, amparado pelo CPC 10 e que, estabelece os termos e condições de outorga de unidades de natureza de prêmio financeiro lastreadas no preço de emissão das ações da Companhia, calculadas com base na variação do EBITDA da Companhia, nos termos e condições previstos em contrato.

A cada exercício, a Companhia reconhece o direito das *phantom shares* por parte de seu executivo e registra a obrigação, de acordo com o grau de liquidez. Ano a ano, conforme o direito do executivo se torna efetivo, a contabilidade volta a reconhecer a obrigação da Companhia e o relatório é atualizado de acordo com o EBITDA corrente do exercício ou valuation da Companhia, a depender do caso.

**i. Benefícios de curto prazo a colaboradores**

Obrigações de benefícios de curto prazo aos colaboradores são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo colaborador e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**i) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros ativos, descontos obtidos e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros passivos, os descontos concedidos, as despesas bancárias e variação cambial passiva.

**j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60.000,00 trimestrais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 20% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**k) Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Ativos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJROs ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **l) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

Os ativos não financeiros e os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado e têm o seu valor recuperável testado e analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil do ativo como o objetivo de mensurar sua possível deterioração, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo poderá não ser recuperado pelo fluxo de caixa futuro estimado que se espere de seu uso ou uma eventual alienação. Os fatores considerados pela Companhia na avaliação incluem os resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*impairment*). A redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

#### **m) Mensuração do Valor Justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Por uma série de políticas contábeis e divulgações, a Companhia efetua a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**n) Novas normas**

Uma série de novas normas foram efetivadas a partir de 1º de janeiro de 2023. Abaixo segue a relação das alterações das normas, que entendemos que não possuem impacto em nossas Demonstrações Financeiras:

- Referência à estrutura conceitual – Alteração do CPC 15 / IFRS3
- Classificação do passivo em circulante e em não circulante – Alteração CPC 26 / IAS 1
- Divulgação de políticas contábeis – Alteração CPC 26 / IAS 1
- Definição de estimativas contábeis – Alteração CPC 23 / IAS 8
- Tributos sobre o Lucro – Alteração CPC 32 / IAS 12

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Banco conta movimento	244	-
Aplicações financeiras (i)	17.473	25.762
	17.717	25.762

(i) Referem-se a operações cujo vencimento na data do balanço seja igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e atrelado ao risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. Substancialmente são remuneradas por meio da aplicação de um percentual negociado sobre a SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e CDB (Certificado de Depósito Bancário). O percentual negociado sobre a SELIC no período foi de 39% e no CDB 61% (em 2022 foi de 77% em CDI e no CDB 23%).

**8 Contas a receber de clientes**

	2023	2022
Clientes nacionais	2.119	1.252
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(44)	(35)
Partes relacionadas	461	444
	2.536	1.661

A análise de vencimentos do saldo contábil das contas a receber de clientes está apresentada abaixo:

	2023	2022
A vencer	2.374	1.343
Vencidas até 90 dias	173	92
Vencidas de 91 a 180 dias	19	246
Vencidas acima de 181 dias	14	15
	2.580	1.696

Todos os clientes são analisados antes de serem cadastrados, tanto no âmbito financeiro, fiscal e societário. Ressalta-se que a operação da Companhia é muito específica, sendo que o portfólio de clientes é formado por empresas conhecidas no mercado de energia, diminuindo assim o risco de realização da carteira.

	2023			Saldo final
	Saldo inicial	Adição	Reversão	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(35)	(34)	25	(44)

	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4)	(31)	-	(35)

## 9 Ativo Fiscal Corrente

	2023	2022
Contribuição social	-	19
IRRF a compensar	1.104	620
PIS a compensar (a)	574	38
COFINS a compensar (a)	2.747	172
Provisão de IR e IOF (b)	201	317
IRPJ e CSLL Saldo Negativo	1.019	739
ISS a compensar	-	94
	5.645	1.999

(a) Em 2023, a Companhia realizou o processo de reapuração tributária dos créditos fiscais de PIS e COFINS decorrentes dos insumos operacionais retroativos aos exercícios de 2020 a 2022. A conclusão do trabalho proporcionou à BBCE a geração de um crédito tributário total na ordem de R\$ 4,5 milhões, dos quais R\$ 1,4 milhão já foram adotados para compensações destes e de outros tributos cabíveis.

(b) Impostos sobre aplicações financeiras. Valores de impostos estimados com base nos saldos disponíveis em 31/12/2023.

## 10 Ativo Fiscal Diferido

	2023	2022
IRPJ e CSLL Diferidos – Anterior à 2023	6.119	6.466
IRPJ e CSLL Diferidos – 2023	4.307	-
	<b>10.426</b>	<b>6.466</b>

IR e CSLL Diferidos são relativos aos prejuízos fiscais apurados nos exercícios anteriores e corrente, impactado principalmente pelo ajuste de *impairment* de ativos intangíveis e de diferenças temporárias.

## 11 Imobilizado

### a. Conciliação do valor contábil

	Benefitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Total
<b>Custo</b>					
Em 31 de dezembro de 2022	251	39	22	640	952
Adições	-	-	-	40	40
Baixas	-	-	-	(84)	(84)
	251	39	22	596	908
<hr/>					
<b>Depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável</b>					
Em 31 de dezembro de 2022	(251)	(18)	(9)	(332)	(610)
Depreciação	-	(3)	(2)	(113)	(118)
Baixa	-	-	-	72	72
	(251)	(21)	(11)	(373)	(656)
Em 31 de dezembro de 2023	-	18	11	223	252

## 12 Ativos intangíveis

	Plataforma derivativos	Implantação sistemas internos e softwares	BBCE Curva Foward	Plataforma EHUB	Plataforma BBCE Leilões	Intangível em desenv,	Total
<i>Em milhares de Reais</i>							
<b>Custo</b>							
Em 31 de dezembro de 2022	8.454	546	166	29.291	990	3.241	42.688
Adições	-	265	-	72	-	1.290	1.627
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Write off (i)	-	-	-	-	-	(2.221)	(2.221)
Transferência	-	-	10	2.258	7	(2.289)	(14)
	8.454	811	176	31.621	997	21	42.080



<i>Em milhares de Reais</i>	Plataforma derivativos	Implantação sistemas internos e softwares	BBCE Curva Foward	Plataforma EHUB	Plataforma BBCE Leilões	Intangível em desenv.	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	(3.127)	(163)	(12)	(2.386)	(257)	-	(5.945)
Amortização	(1.800)	(9)	(35)	(6.098)	(198)	-	(8.140)
Transferência	109	(109)		14	-	-	14
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<u>(4.818)</u>	<u>(281)</u>	<u>(47)</u>	<u>(8.470)</u>	<u>(455)</u>	<u>-</u>	<u>(14.071)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<u>3.636</u>	<u>530</u>	<u>129</u>	<u>23.151</u>	<u>542</u>	<u>21</u>	<u>28.009</u>

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu à avaliação da vida útil de bens do ativo intangível e efetuou algumas baixas (*write off*), aprovadas pelo CEO, Diretor Financeiro e Conselho de Administração.

**(i) Teste por redução ao valor recuperável**

	2023	2022
Redução ao valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> )	<u>2.221</u>	<u>3.450</u>
<b>Total</b>	<u><b>2.221</b></u>	<u><b>3.450</b></u>

No exercício de 2023 foi reconhecida Perda ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*) em R\$ 2.221 (R\$ 3.450 em 2022) com base no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no CPC 04 Ativo Intangível, considerando a obsolescência e descontinuidade de projetos que foram desenvolvidos com linguagem tecnológica incompatível com a plataforma E-HUB.

## 13 Fornecedores e outras contas a pagar

	2023	2022
Fornecedores – nacionais (a)	976	1.299
Outras contas a pagar (b)	<u>300</u>	<u>701</u>
<b>Total de fornecedores</b>	<u><b>1.276</b></u>	<u><b>2.000</b></u>

(a) A Companhia paga seus fornecedores com um prazo de 10 dias após o recebimento da nota fiscal no sistema. No montante total a pagar se concentra principalmente fornecedores referentes ao processo de desenvolvimento e manutenção das plataformas, em que ocorrem as negociações de energia.

(b) Notas fiscais que não são recebidas no período de corte ao fechamento contábil, são provisionadas na conta denominada “Outras contas a pagar”. Assim que a nota fiscal é recebida, a provisão é revertida contra a conta de fornecedores.

## 14 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2023	2022
Provisão para pagamento de bônus	2.762	5.605
FGTS a recolher	69	77
INSS a recolher	283	206
IRRF	227	276
Provisão e encargos s/ férias	946	1.033
Outros	338	-
	<u>4.625</u>	<u>7.197</u>

## 15 Passivo Fiscal Corrente

	2023	2022
PIS / COFINS a recolher	161	125
ISS a recolher	108	73
Tributos Retidos na Fonte	82	96
	<u>351</u>	<u>294</u>

## 16 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento, bem como riscos relacionados à sua operação e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Companhia possuía um processo contingente em 31 de dezembro de 2022. Porém, durante o exercício de 2023, sua classificação configurou-se como remoto ensejando a reversão da respectiva provisão:

	2023	2022			
<b>Processo Trabalhista</b>	<u>-</u>	<u>606</u>			
	<u>2023</u>				
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição à provisão</b>	<b>Reversão de provisão</b>	<b>Atualização Monetária</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Provisão Processo Trabalhista</b>	<u>606</u>	<u>-</u>	<u>(606)</u>	<u>0</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um processo de âmbito trabalhista classificado com probabilidade de perda possível cujo valor apresentado para a causa foi de R\$ 146 mil, R\$ 0 (2022).

## 17 Pagamento baseado no valor de ações

	2023	2022
Provisão de Plano de Incentivo de Longo Prazo	101	1.004
<b>Circulante</b>	-	406
<b>Não Circulante</b>	101	598

A Companhia tem em sua política de benefícios, um plano de incentivos de longo prazo destinado a executivos da Companhia que seria uma bonificação atrelada ao valor equivalente de ações da Companhia, determinado pelo preço de emissão das ações da Companhia. Todavia, não se trata de ações da própria Companhia, e sim, um parâmetro para pagamento a esses beneficiários (*Phanton Share*). A provisão foi calculada com base em um valor médio de R\$ 2.099,00.

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital Social

<i>Em milhares de Reais</i>	Ações ordinárias	
	2023	2022
Em 1º de janeiro	64.466	48.639
Emitidas e pagas em dinheiro	7.906	15.827
<b>Emitidas em 31 de dezembro - totalmente integralizadas</b>	<b>72.372</b>	<b>64.466</b>

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, era composto apenas por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Essas ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

O capital social da Companhia se encontra parcialmente integralizado, restando ainda o montante de R\$ 4,5 milhões a ser integralizado no decorrer de 2024.

### b. Reserva de lucros

- **Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2023, 2022 (R\$ 0).

- **Reserva de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, conforme proposta no orçamento previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

**c. Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% dos lucros líquidos apurados pela Companhia sejam distribuídos aos acionistas a título de dividendos. Não foram provisionados e nem distribuídos dividendos em 31 de dezembro de 2023, 2022 (R\$ 0).

## 19 Receitas

	2023	2022
Receita de serviços - Plataforma Balcão	18.978	20.929
Receita de serviços - Plataforma Derivativos	150	124
Receita com Partes Relacionadas - Plataforma Balcão	4.256	2.314
Receita com Partes Relacionadas – Plataformas Derivativos	80	-
<b>Receita total de serviços</b>	<b>23.464</b>	<b>23.367</b>
(-) ISS s/ faturamento	(1.136)	(1.170)
(-) PIS s/ faturamento	(387)	(386)
(-) COFINS s/ faturamento	(1.783)	(1.775)
(-) Cancelamento	(146)	-
<b>Total de impostos sobre receita</b>	<b>(3.452)</b>	<b>(3.331)</b>
<b>Total de receita líquida de serviços</b>	<b>20.012</b>	<b>20.036</b>

## 20 Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Custo com pessoal e encargos	(2.124)	(2.500)
Consultoria TI	(3.926)	(4.103)
Amortização das plataformas (a)	(8.031)	-
	<b>(14.081)</b>	<b>(6.603)</b>

(a) Em 2022 a classificação da amortização foi despesas, pois tratava-se do impairment ocorrido no sistema legado. Em 2023 a classificação é custo por ser parte dos serviços prestados na plataforma E-HUB.

## 21 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Despesas com pessoal	(14.849)	(13.677)
Despesas administrativas	(1.255)	(804)
Conselho Administrativo	(1.780)	(1.370)
Serviços terceirizados (a)	(7.178)	(4.492)
Depreciação direito de uso	(335)	(334)
Depreciação	(117)	(124)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(9)	(31)
Despesas Indedutíveis	(415)	(132)
<i>Impairment</i> (nota 11)	(2.221)	(3.264)
Amortização (b)	(118)	(5.050)
Crédito de PIS COFINS Extemporâneo (nota 9)	3.650	-
Outros	334	(124)
	<b>(24.293)</b>	<b>(29.402)</b>

- (a) A rubrica compreende os serviços de consultoria de tecnologia da informação, jurídica e empresarial bem como os recursos de computação em nuvem necessários para sustentação das atividades operacionais e corporativas da Companhia.
- (b) Até 2022, a amortização das plataformas de negociação era tratada como despesas gerais e administrativas. A partir de 2023, tal gasto passou a ser tratado como custo operacional.

## 22 Resultado financeiro

	2023	2022
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.286	2.237
Outros	861	150
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>3.147</b>	<b>2.387</b>
Despesas bancárias	(1)	(5)
Pis/COFINS sobre receitas financeiras	-	(107)
Outras despesas	(48)	(56)
Atualização monetária	-	(2)
Juros Passivos	(46)	(39)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(95)</b>	<b>(209)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>3.052</b>	<b>2.178</b>

## 23 Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Durante o exercício de 2023, a Companhia manteve seu regime de tributação no lucro real. Os valores de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2023, demonstrados no resultado, apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais: Reconciliação no regime de lucro real anual:

	2023	2022
Resultado contábil antes do IR e CS	(15.310)	(13.790)
(+) Adições	8.352	3.487
(-) Exclusões	(5.622)	(844)
(=) Base tributável	(12.580)	(11.147)

**IRPJ E CSLL DIFERIDO**

Prejuízo Fiscal – período anteriores	-	18.055
Prejuízo Fiscal – 2023	12.580	-
Diferenças Temporárias	88	1.029
Base total	12.668	19.084
CSLL Diferido - 9%	1.140	1.717
IRPJ Diferido - 25%	3.167	4.771
Outros	-	(22)
	<b>4.307</b>	<b>6.466</b>

A Companhia com base nas projeções de resultados futuros, decidiu constituir IRPJ e CSLL diferidos de anos anteriores. Ademais, a Companhia tem como projeção, o aproveitamento desses tributos diferidos, conforme quadro abaixo:

Período	IR CS Diferidos	Compensações	Saldo
Anterior à 2023	6.119	-	6.119
2023	4.307	-	10.426
2024	5.728	-	16.154
2025	2.864	-	19.018
2026	-	(951)	18.067
2027	-	(1.331)	16.736
2028	-	(1.712)	15.024
2029	-	(2.092)	12.932
2030	-	(2.663)	10.269
2031	-	(3.043)	7.226
2032	-	(3.423)	3.803
2033	-	(3.803)	-

## 24 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05(R1) – Divulgação de Partes Relacionadas.

A Companhia considera como parte relacionada, as empresas que detém ações que compõem seu capital social, bem como empresas que fazem parte do grupo econômico de seus acionistas.

**a) Saldos e transações com empresas acionistas da Companhia**

2022	Ativo Circulante	Receita
Empresas acionistas e grupo econômico	444	8.707
2023	Ativo Circulante	Receita
Empresas acionistas e grupo econômico	461	3.723

**b) Natureza, termos e condições das transações**

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia teve operações com partes relacionadas efetuadas em condições comerciais de mercado, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação comercial existente é a prestação de serviços pela utilização da Plataforma E-HUB e da Plataforma Derivativos da BBCE.

**c) Remuneração da diretoria**

A Remuneração da diretoria (diretores) ocorre por meio da folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo do atual presidente da Companhia e demais diretores foi no montante de R\$ 6.908 mil (R\$ 3.183 mil em 2022).

## 25 Instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
<b><u>Ativos financeiros</u></b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Equivalentes de caixa (Nota 7)		17.717	25.762
<b>Custo amortizado</b>			
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	2.076	1.217
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8 e 23)	-	461	444
<b><u>Passivos financeiros</u></b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Fornecedores (Nota 12)	-	976	1.299
Outras contas a pagar (Nota 12)	-	300	701

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste,

e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

**b) Gerenciamento de riscos**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

**a) Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e todos sujeitos a taxas de juros variáveis. A Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

**b) Gestão de risco de liquidez**

A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

**c) Risco de crédito**

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes.

**d) Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

## **26 Outras informações**

- a) A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos;



- b) As saldos de receitas financeiras referem-se aos rendimentos de aplicações financeiras e atualização SELIC sobre a recuperação de créditos tributários de PIS e COFINS extemporâneos, totalizando R\$ 2.286 (2023) e R\$ 2.264 (2022). Os saldos de despesas financeiras referem-se juros passivos, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras no montante de R\$ 95 (2023) e R\$ 209 (2022);
- c) Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 400 de 21 de novembro de 2019, informamos que a empresa contratada para revisão das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não prestou outros serviços a Companhia que não os de auditoria independente, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os seus interesses e do seu cliente. O valor pago aos auditores independentes, referente aos serviços de auditoria externa, para o ano de 2023 totaliza R\$ 113, 2022 (R\$ 98).